Adeus, Montesquieu*

Good-bye, Montesquieu

Bruce Ackerman**

RESUMO

Este artigo busca discutir o direito administrativo atual, sob o pressuposto de que o tradicional contraste entre os sistemas da *civil law* e da *common law* deve ser superado. Ao resgatar Montesquieu em sua análise, o autor afirma que a ideia de três poderes ignora o surgimento, em nível mundial, de novas formas institucionais que não podem ser categorizadas como legislativas, judiciais ou executivas. Isto levaria a um conjunto diferente de desafios normativos.

PALAVRAS-CHAVE

Poderes — administração pública — Montesquieu — burocracia

ABSTRACT

This article discusses the current administrative law under the assumption that the contrast between the traditional systems of civil law and common law must be overcome. By rescuing Montesquieu in his analysis, the

---

* Artigo recebido em 27 de setembro de 2013 e aprovado em 19 de dezembro de 2013. Publicado em inglês com o título “*Good-bye, Montesquieu*” originalmente na *Comparative Administrative Law*, 2010. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=a5faj90ZPBoC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 18 set. 2013. Traduzido por Diego Werneck Arguelles e Thomaz Henrique Junqueira de Andrade Pereira. Revisão técnica de Izabel Saenger Nuñez.

** Professor de direito e ciência política na Universidade de Yale. Universidade de Yale, Yale, Estados Unidos. E-mail: bruce.ackerman@yale.edu.

author argues that the idea of three powers ignores the worldwide rise of new institutional forms that cannot be categorized as legislative, judicial and executive. This would lead to a different set of normative challenges.

KEY-WORDS

Powers — public administration — Montesquieu — bureaucracy

Se o campo do direito administrativo comparado pretende ter algum futuro, nós precisamos construir um novo modelo analítico. O tradicional contraste entre os sistemas romano-germânico [*civil law*] e anglo-saxão [*common law*] é um falso ponto de partida. Independentemente de seu valor para o direito privado, esse contraste não foi construído para salientar as características distintivas do direito administrativo. O que também se aplica para outros modelos conhecidos, voltados para o processo penal comparado.¹

Modelos construídos a partir de experiências nacionais particulares têm sua utilidade. O modelo do Conselho de Estado francês teve influência em algumas outras nações; assim como o sistema alemão de Cortes administrativas. Mas, no século XXI, precisamos de um modelo muito mais amplo, capaz de suscitar comparações sistemáticas em uma escala mundial, e reflexões normativas informadas a partir das contínuas lições da experiência.

Isso requer que nós façamos um movimento decisivo para além das reflexões de Montesquieu² sobre a separação de poderes. Nenhum outro campo de pesquisa acadêmica é tão intensamente dominado por um único pensador, quiçá um pensador do século XVIII. Apesar de sua grandeza, Montesquieu não tinha nenhuma noção sobre partidos políticos, política democrática, desenhos constitucionais modernos, técnicas burocráticas contemporâneas e as ambições específicas do moderno Estado regulatório. E, mesmo assim, nós o seguimos sem maiores reflexões, assumindo ser possível captar adequadamente toda a complexidade contemporânea por meio de uma separação tripartite de poderes em legislativo, judiciário e executivo — sendo o direito administrativo comparado inserido, de alguma forma, dentro do último ramo da trindade.

¹ DAMASKA, Mirjan R. *The faces of Justice and State Authority*. New Haven, CT: Yale University Press, 1986.

² MONTESQUIEU, Charles de Secondat. 1989. *The spirit of the laws*. Anne M. Cohler, Basia Carolyn Miller and Harold Samuel Stone, trans. Nova York: Cambridge University Press.

Que se dê a Montesquieu o que lhe é devido. Sua teoria representou um avanço fundamental em relação às tradicionais ideias aristotélicas sobre governo misto. De acordo com esse modelo anterior, diferentes poderes representavam diferentes classes sociais — por exemplo, a Câmara dos Comuns do Parlamento Inglês representava os plebeus; a Câmara dos Lordes, os nobres; e a Coroa, o mais poderoso dentre eles.³

Montesquieu rejeitou tal compreensão, baseada em classes. Seus diferentes poderes correspondem a diferentes funções governamentais. Ao dar essa guinada funcionalista, ele seguiu Locke, que também havia separado três funções governamentais em um modelo de separação de poderes. Mas a trindade de Locke era diferente: ele colocava o judiciário dentro da categoria “executivo”, preenchendo a lacuna resultante com um “poder federativo”, o qual lidava com relações estrangeiras, produzindo assim o trio legislativo-executivo-federativo (Locke 1987).⁴ Por ter sido juiz,⁵ Montesquieu considerava especialmente importante enfatizar a independência do judiciário na monarquia francesa, mas o fez ao custo de suprimir a perspicaz ideia de Locke sobre a especificidade do funcionamento do Estado nas relações estrangeiras. E assim derivou a hoje clássica trindade: legislativo, executivo, judiciário. Aparentemente, o pensamento trinitário era tão irresistível no século XVIII, que Montesquieu não tolerou quatro categorias em seu esquema conceitual.

Quase três séculos depois, já passa da hora de repensar a santíssima trindade de Montesquieu. Apesar de seu *status* canônico, ela nos mantém cegos para o surgimento, em nível mundial, de novas formas institucionais que não podem ser categorizadas como legislativas, judiciárias ou executivas. Embora a tradicional fórmula tripartite falhe ao capturar os modos característicos de operação de tais formas, essas unidades novas e funcionalmente independentes estão desempenhando um papel cada vez mais relevante em governos modernos. Uma “nova separação de poderes” está emergindo no século XXI. A compreensão de suas características distintivas requer o desenvolvimento de um modelo conceitual que contenha cinco ou seis categorias — ou talvez mais. E, assim, nós devemos dar um carinhoso adeus a Montesquieu, para então criar novas bases para o direito administrativo comparado, que deem conta dos desafios dos governos modernos.

³ VILE, M. J. C. *Constitutionalism and the separation of powers*. Oxford: Clarendon Press, 1967.

⁴ LOCKE, John. *Two treatises of government*. Richard Ashcraft, ed. Londres; Boston: Allen & Unwin, 1987.

⁵ Tecnicamente, Montesquieu foi presidente do Parlamento de Bordeaux, e trata-se de uma simplificação descrever essa instituição como uma corte de justiça. Mas suas funções judiciais realizavam uma limitação importante às ambições absolutistas da monarquia francesa.

Para compreender essa afirmação, olhemos para o que está efetivamente acontecendo no século XXI: podemos observar tendências mundiais para isolar certas funções *tanto* do legislativo, do executivo, como do judiciário? Em caso afirmativo, quais são elas?

Para começar, consideremos a proliferação global de Comissões Eleitorais Independentes. Em qual das três categorias elas se encaixam? Ocasionalmente, tribunais atuam para garantir a integridade de eleições, como é o caso do Conselho Constitucional francês.⁶ Mais frequentemente, porém, essas instituições eleitorais especiais são inteiramente separadas do judiciário comum, bem como dos poderes eleitos. E com razão. Por um lado, faz sentido que a Comissão Eleitoral Independente organize o processo eleitoral do início ao fim, em vez de funcionar simplesmente como um tribunal, intervindo *a posteriori* para determinar se houve irregularidades. Ao mesmo tempo, é essencial isolar sua operação dos poderes eleitos — porque são exatamente os políticos no controle do executivo que têm incentivo e poder para manipular a contagem de votos para assegurar sua reeleição. Consequentemente, cada vez mais, Constituições modernas tratam Comissões Eleitorais como um ramo de governo distinto, tomando medidas especiais para garantir sua integridade. E mesmo quando a Constituição de um país não garante formalmente a independência da Comissão Eleitoral, a legislação ordinária frequentemente a isola da interferência política, por meio da criação de uma série de medidas heterodoxas.⁷

Usando a Comissão Eleitoral como um exemplo, consideremos o seguinte modelo analítico, em quatro etapas, que permite diagnosticar a legítima posição de uma dada instituição na nova separação de poderes. A primeira etapa envolve a identificação de um valor governamental fundamental: nesse caso, os proponentes de Comissões Eleitorais invocam a *democracia* como o valor justificador da independência institucional. A próxima etapa demanda que os proponentes expliquem por que tal valor fundamental requer que a instituição receba proteção constitucional especial, em relação a forças externas. Nesse caso, proponentes de Comissões Independentes apontam o perigo evidente de a “raposa guardar o galinheiro” — políticos no poder garantindo mais um mandato a si mesmos, por meio de manipulação da

---

⁶ TURPIN, Dominique. *Contentieux constitutionnel*. Paris: Presse Universitaires de France, 1986. p. 265-282.

⁷ ACKERMAN, Bruce. The new separation of powers. *Harvard Law Review*, v. 113, p. 716-721, 2000.

contagem de votos. A terceira etapa identifica técnicas de isolamento institucional que darão ao “novo poder” um incentivo para fazer um trabalho melhor. Por sua vez, tal ênfase no desenho institucional leva à quarta e última etapa: análise empírica comparada. Por exemplo, por que a Comissão Eleitoral da Índia realiza um trabalho relativamente bom ao garantir uma contagem correta de votos, em meio a um sistema burocrático marcado pela corrupção maciça e pela ineficiência?⁸ Que lições podem ser apreendidas da recente performance insatisfatória da comissão mexicana ao lidar com a contestada eleição presidencial de 2006?⁹ E assim por diante.

Com base nessas investigações comparativas, acadêmicos podem contribuir para o desenho de instituições melhores e instigar análises críticas quanto às fraquezas das características de diferentes sistemas constitucionais. Considere, por exemplo, a infame disputa eleitoral entre Bush e Gore em 2000. Montesquieu merece parte da culpa pelo desempenho espetacularmente fraco das instituições dos Estados Unidos quanto à resolução daquela disputa. Dado o compromisso tradicional dos Estados Unidos com a trindade de Montesquieu, parecia óbvio para seus mais proeminentes participantes, naquele contexto, que a administração das eleições é apenas mais uma função ordinária do poder executivo. Afinal, certamente não pertence nem ao judiciário, nem ao legislativo — e a única outra categoria que resta é o executivo. Portanto, a administração de eleições deve pertencer ao executivo — e seria completamente estranho aos Estados Unidos pensar em uma quarta categoria, não é?

Essa tricotomia irrefletida permitiu ao executivo da Flórida se envolver em maquinacões políticas ao supervisionar o processo administrativo pelo qual Bush foi finalmente declarado “vencedor”. Os Estados Unidos precisam urgentemente de uma Comissão Eleitoral independente, mas não a terão enquanto não acordarem de seu torpor montesquiano e se juntarem ao movimento rumo a uma nova separação de poderes que, atualmente, vem ganhando o mundo. Como vimos, há razões convincentes a favor da criação de Comissões Eleitorais Independentes — convincentes o suficiente, aliás, para que a maioria dos países tenha colocado essa ideia em prática. Por que os Estados Unidos não deveriam tomar conhecimento desse fato?

Há outra tendência mundial apontando para o potencial do modelo analítico em quatro etapas que desenhei acima. Considere a guinada maciça em

---

⁸ Ibid., p. 718-721.

⁹ Ibid.

direção a Bancos Centrais independentes, que ocorreu na segunda metade do século passado.¹⁰ Substancialmente, Bancos Centrais parecem muito diferentes de Comissões Eleitorais. Analiticamente, porém, levantam as mesmas questões. Começemos pela definição do valor fundamental em jogo. Nesse caso, o valor governamental certamente não é “democracia”. São, em vez disso, teorias econômicas neoliberais que enfatizam a importância de se proteger a oferta monetária das manipulações políticas imediatistas, e insistem que a ciência econômica oferece aos tecnocratas ferramentas analíticas superiores para regular macrovariáveis fundamentais. Como antes, a primeira tarefa é avaliar os julgamentos valorativos relevantes que constituem a base do pensamento econômico neoliberal; a segunda tarefa é verificar os argumentos relativos aos incentivos políticos — será realmente verdade que governantes têm incentivos contraproducentes para manipular a oferta monetária a fim de ganhar eleições? A terceira tarefa explora diferentes desenhos institucionais voltados à promoção de independência — como o desenho do Banco Central dos Estados Unidos difere daquele do Banco da Inglaterra? Finalmente, nós precisamos de extenso trabalho empírico para descobrir como diferentes desenhos funcionam na prática.

Explorei outros aspectos da nova separação de poderes em outro trabalho.¹¹ Por ora, é suficiente notar algumas questões evidentes. Primeiro, a questão de coordenação: quanto maior o número de centros-de-poder que isolamos das instituições políticas e jurídicas clássicas, maior o problema em coordenar o crescente número de poderes separados, de forma a gerar um todo coerente. Segundo, a questão da legitimidade democrática: se formos muito longe na tentativa de isolar poderes do controle político direto, poderemos privar o processo democrático de seu significado central — deixando os representantes eleitos do povo à mercê de banqueiros centrais independentes e outros atores que estejam isolados de seu controle direto.

Esses dois problemas sugerem cautela na criação de novos centros-de-poder independentes. Mas não sugerem que criar uma nova separação de poderes não faça sentido. Em vez disso, recomendam uma conduta cautelosa: nós devemos reservar essa estratégia para a proteção de valores governamentais especialmente fundamentais, em contextos em que incentivos políticos normais são particularmente perniciosos, por meio de desenhos insti-

---

¹⁰ KLEINEMAN, Jan (Ed.). *Central Bank independence: the economic foundations, the constitutional implications and democratic accountability*. The Hague; Boston: Kluwer Law International, 2001.

¹¹ Ackerman, *The new separation of powers*, 2000.

tucionais que sejam bem concebidos e, se possível, empiricamente testados. Em síntese, a construção de novos centros-de-poder requer uma série de julgamentos complexos e que sejam sensíveis ao contexto.

Mas uma coisa é clara: nós seremos incapazes de fazer esses julgamentos enquanto nos contentarmos em repetir o mantra de Montesquieu. Em vez disso, devemos modificar o mantra para levar em conta um mundo institucional em que instituições independentes desempenham funções cada vez mais importantes — apesar de não poderem ser classificadas como legislativas, judiciais ou executivas.

A santíssima trindade tem um segundo defeito. Ela nos encoraja a ignorar diferenças nas dinâmicas que governam operações administrativas em regimes parlamentaristas e presidencialistas. Formalmente, é fácil para montesquianos desconsiderar essa diferença quando descrevem a separação de poderes em termos legais. De acordo com a narrativa-padrão, tanto presidentes como primeiros-ministros são chefes do poder executivo e, portanto, chefes da administração pública.

Mas estudos comparativos sérios devem ir além desse paralelismo formal. O primeiro-ministro e seu gabinete realmente podem exercer o monopólio do controle sobre a burocracia; mas presidentes devem competir pelo controle, com um Congresso independentemente eleito. Líderes legislativos têm suas próprias armas para pressionar a burocracia na direção que desejarem — principalmente, porque podem ameaçar as agências com a redução de seus recursos, caso elas não sigam suas prioridades. Para evitar ameaças desse tipo, presidentes apontam seus correligionários políticos para os cargos mais altos da administração. Ao assumir seu cargo, o presidente Obama, por exemplo, precisou preencher 3 mil dessas posições antes que seu governo pudesse se tornar totalmente operacional.¹²

Ao colocar seus correligionários políticos no comando, o presidente espera garantir que os ministérios e as agências governamentais usarão sua discricionariedade decisória para seguir as suas prioridades, e não aquelas de seus rivais políticos no legislativo. Mas essa técnica é incapaz de assegurar ao presidente o mesmo grau de controle sobre a administração que dispõe um primeiro-ministro. Ao presumir, com Montesquieu, que presidentes são chefes do executivo, comparativistas correm o risco de ignorar esse ponto-chave.

---

¹² LEWIS, David E. *The politics of presidential appointments: political control and bureaucratic performance*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2008. p. 56.

O conflito entre presidentes e legislaturas é mediado pelas regras e estruturas particulares, estabelecidas por distintos regimes constitucionais. Se os presidentes precisam conseguir a aprovação do Congresso para suas nomeações, colonizar a burocracia com pessoas de sua máxima confiança será mais difícil para eles. Ao mesmo tempo, o controle do Congresso sobre o orçamento varia de sistema para sistema. Isso abre um rico campo para estudo comparado, em meio ao qual consideramos o impacto de diferentes regimes constitucionais na constante competição, entre presidente e Congresso, por influência burocrática.

Essas variações fascinantes não devem ofuscar um tema comum: sistemas presidencialistas encorajam a politização da burocracia, relegando funcionários públicos de carreira a posições de segundo escalão, enquanto presidentes, em suas contínuas disputas com o Congresso, continuam apontando correligionários políticos de confiança para posições-chave na administração pública.

Essa dinâmica básica gera uma questão normativa fundamental. A politização da liderança burocrática traz, nada menos, que um desafio fundamental ao estado de direito. Correligionários políticos leais ao presidente sofrerão intensa tentação de ignorar o direito, caso isso promova os interesses políticos de seu líder. O direito administrativo em sistemas presidencialistas deveria prestar particular atenção a essa ameaça. Essa estratégia, em prol do estado de direito, pode ser efetuada de maneira distinta em diferentes lugares, e pode se utilizar de estruturas administrativas especiais, e não só de tribunais. O direito comparado tem um papel-chave a desempenhar, ao fornecer uma perspectiva sobre os méritos relativos de estratégias institucionais divergentes.

Para além dessas importantes questões de desenho institucional, uma questão maior espreita: quem está dentro de sistemas presidencialistas tem consciência desse problema particularmente aguçado em relação ao estado de direito? Nos Estados Unidos, por exemplo, a resposta é “não”. A prevalente doutrina *Chevron* legitima a deferência judicial maciça para determinações legais, por parte da administração, abrindo um amplo espaço para o abuso político da discricionariedade das agências.¹³

---

¹³ Ver *Chevron, Inc. v. Natural Resources Defense Council*, 467 US 837 (1984). Uma coisa são os tribunais dizerem que adotarão uma postura de deferência, outra bem diferente é eles de fato agirem com deferência em casos concretos. A extensão dessa diferença é explorada por ESKRIDGE, William N. Jr.; BAER, Lauen. The continuum of deference: Supreme Court treatment of Agency Statutory Interpretations from *Chevron* to *Hamdan*. *Georgetown Law Review*, v. 96, p. 1083-1226, 2008.

Dinâmicas burocráticas em sistemas parlamentaristas levam a abusos muito diferentes. O primeiro-ministro e seu gabinete são eles mesmos os líderes da maioria parlamentar, e o seu direto controle sobre o legislativo elimina a competição entre poderes, que politiza burocracias presidenciais. Como seu monopólio político sobre a burocracia é garantido, o primeiro-ministro pode ter uma visão bem diferente sobre o funcionalismo público profissional. Ele não precisa se preocupar com burocratas sucumbindo à pressão de lideranças congressistas. Em vez disso, pode vê-los como recursos-chave em sua luta por sobrevivência política. Afinal, os profissionais têm um conhecimento profundo de questões fundamentais, bem como consciência sobre as realidades e possibilidades burocráticas. Se o primeiro-ministro conseguir aproveitar suas energias, os burocratas podem ajudá-lo a realizar suas promessas políticas e aumentar suas chances de vitória na próxima eleição. Dessa perspectiva, para líderes políticos, encorajar um serviço público altamente profissionalizado é uma questão de bom senso. Quanto melhor for o serviço público, melhores suas chances de vitória.

Essa dinâmica política não é inevitável. Primeiros-ministros podem escolher povoar as burocracias com seus asseclas, e usar seu controle sobre o parlamento para silenciar críticas. Essa estratégia pode maximizar o suporte político no curto prazo, apesar dos benefícios de longo prazo do profissionalismo. Mas, a partir do momento em que um serviço público forte é estabelecido, a lógica política do parlamentarismo provavelmente sustentará a tradição do profissionalismo — como sugerem os exemplos do Reino Unido, Alemanha, Itália e França (Terceira e Quarta República).

Isso significa que sistemas parlamentaristas geram patologias administrativas distintas. Apesar de o funcionalismo público, em sistemas presidenciais, tender a ser fraco demais, há aqui a ameaça de se tornar poderoso demais. Primeiros-ministros vêm e vão, mas profissionais permanecem por décadas, e podem usar seu monopólio sobre o conhecimento especializado para manipular os titulares da chefia política. Um funcionalismo público forte também pode se isolar de correntes mais amplas da opinião pública, e deixar de perceber quando suas ações parecem ser autocráticas, tolas, ou coisa pior. De fato, ele também pode se isolar das correntes atuais da pesquisa acadêmica, e persistir em políticas e práticas burocráticas que, em círculos acadêmicos sérios, há muito foram desacreditadas. E uma cultura de sigilo provavelmente só fará exacerbar essas inflexibilidades burocráticas.

Isso leva a um diferente conjunto de desafios normativos. A reforma do direito administrativo em sistemas parlamentaristas deve enfatizar a capacidade de resposta da burocracia ao ambiente político e social mais amplo.

Começemos com a política. Quando uma nova liderança conquista a maioria parlamentar, frequentemente se confronta com um time relativamente unificado de funcionários públicos superiores, os quais lhe apresentam um conjunto muito limitado de opções de políticas públicas. Estruturas especiais são necessárias para permitir que uma maioria política, recentemente eleita, alcance uma compreensão mais ampla de suas reais oportunidades. Uma opção é um mecanismo que facilite a criação de diferentes times de burocratas superiores para apresentarem propostas rivais a serem implementadas — com incentivos especiais para o time “B” pensar com originalidade.

No mesmo espírito, a alta burocracia deve se manter em contato com mudanças na realidade social. Deveria ser exigido por lei que administradores organizassem audiências públicas amplas, antes de promulgar regulamentos administrativos de grande impacto. E as agências deveriam ser obrigadas a defender essas regras perante tribunais ou outros órgãos de revisão neutros.

Essas propostas foram desenvolvidas em maior detalhe em outro trabalho.¹⁴ Por ora, é mais importante perguntar a mesma questão que levantamos em relação aos sistemas presidenciais. Será que uma dada cultura jurídica nacional estaria preparada para tomar alguma atitude séria de modo a controlar as distintas patologias que caracterizam os sistemas parlamentaristas?

Frequentemente, a resposta é “não”. Por exemplo, sistemas parlamentaristas na Europa têm, de maneira geral, sido muito relutantes quanto a exigir audiências públicas e procedimentos recursais do tipo previsto pelo *American Administrative Procedure Act* — apesar de a responsividade burocrática à sociedade civil ser ainda mais importante nesses sistemas do que no regime presidencialista dos Estados Unidos.¹⁵

O direito administrativo comparado pode se tornar uma força intelectual para tal crítica construtiva. Da mesma forma que expõe o fracasso do sistema dos Estados Unidos para reconhecer necessidades específicas do estado de direito em sistemas presidencialistas, também expõe o fracasso europeu para reconhecer a particular necessidade de promover responsividade burocrática em regimes parlamentaristas.

Em conclusão: adeus, Montesquieu; olá, século XXI e sua promessa de uma nova agenda para o estudo comparado do direito administrativo.

---

¹⁴ Ackerman, *The new separation of powers*, 2000.

¹⁵ ROSE-ACKERMAN, Susan. *Controlling environmental policy: the limits of public law in Germany and the United States*. New Haven, CT: Yale University Press, 1995.

Referências

ACKERMAN, Bruce. The new separation of powers. *Harvard Law Review*, v. 113, p. 633-728, 2000.

ACKERMAN, John M. The 2006 elections: democratization and social protest. In: SELEE, Andrew; PESCHARD, Jaqueline (Ed.). *Democratic politics in México*. Stanford, CA: Stanford University Press; Woodrow Wilson Center for International Scholars, 2010.

DAMASKA, Mirjan R. *The faces of Justice and State Authority*. New Haven, CT: Yale University Press, 1986.

ESKRIDGE, William N. Jr.; BAER, Lauen. The continuum of deference: Supreme Court treatment of Agency Statutory Interpretations from *Chevron* to *Hamdan*. *Georgetown Law Review*, v. 96, p. 1083-1226, 2008.

KLEINEMAN, Jan (Ed.). *Central Bank independence: the economic foundations, the constitutional implications and democratic accountability*. The Hague; Boston: Kluwer Law International, 2001.

LEWIS, David E. *The politics of presidential appointments: political control and bureaucratic performance*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2008.

LOCKE, John. *Two treatises of government*. Richard Ashcraft, ed. Londres; Boston: Allen & Unwin, 1987.

MONTESQUIEU, Charles de Secondat. *The spirit of the laws*. Anne M. Cohler, Basia Carolyn Miller and Harold Samuel Stone, trans. Nova York: Cambridge University Press, 1989.

ROSE-ACKERMAN, Susan. *Controlling environmental policy: the limits of public law in Germany and the United States*. New Haven, CT: Yale University Press, 1995.

TURPIN, Dominique. *Contentieux constitutionnel*. Paris: Presse Universitaires de France, 1986.

VILE, M. J. C. *Constitutionalism and the separation of powers*. Oxford: Clarendon Press, 1967.